

JOSAPHAT MARINHO

POR  
JOSAPHAT  
MARINHO

ERA UM SER AUTÊNTICO, NATURALMENTE FRANCO, TEIMOSO

E DE ÍMPETOS, NUNCA SE REVELOU MALEDICENTE.

PRATICAVA A ÉTICA E A HONESTIDADE SEM EXIBIÇÃO

# Mário Covas

**A**o escrever este artigo, tudo, ou quase tudo já terá sido assinalado sobre a personalidade e a vida de Mário Covas. Não fui seu íntimo, não houve oportunidade para tanto. Conheci-o na legislatura que começou em 1963. Ele deputado e eu senador. Aproximou-nos a mesma posição de independência e repulsa diante da vitória do movimento militar de 1964. Ambos não o consideramos uma revolução, pois como tal só se entende, sociológica e juridicamente, a convulsão que produz mudanças substanciais na ordem social e econômica e dos direitos em geral. A rebelião de 1964 não teve esse caráter. Desacatou e subverteu a Constituição de 1946, com os atos institucionais e complementares e as medidas políticas daí decorrentes, e desrespeitou a própria Carta de 1967, por ele inspirada.

Mário Covas resistiu, desde sua eclosão, a esse regime de força. Quando o AI-2 extinguiu os partidos políticos e só permitiu a formação de duas agremiações, ele não tibubeou. Concorreu energicamente para a fundação do MDB — Movimento Democrático Brasileiro. Nele integrados, cresceram as nossas relações. Não era um conspirador, mas um homem de pensamento aberto e de atitude firme. Não falava o que não pensasse, nem ocultava a convicção nutrida. Era um ser autêntico, naturalmente franco. Teimoso e de ímpetos, nunca se revelou maledicente. Praticava a ética e a honestidade sem exibição. Sabia que a verdade não estava em anunciar-la, mas em cultuá-la. Por isso, críticos e contraditores de ontem renderam-se agora a seu perfil retilíneo.

Não mudava no infortúnio político, como não se abateu na doença. Lutou contra o câncer trabalhando, administrando, mesmo chorando. Só a incapacidade final o recolheu ao leito da morte. Foi assim também na travessia política do arbítrio. Visitei-o, e aos outros companheiros, em companhia de João Borges, no quartel militar em que estavam recolhidos, em Brasília, depois do Ato Institucional nº 5. Era o mesmo espírito resoluto do deputado, que viria a ter seu mandato cassado e seus direitos políticos suspensos. Probo, sem nenhum crime, retomou sua atividade profissional. Reconquistados os direitos políticos e reabertas as urnas democráticas, o povo o consagrhou, desde a Constituinte até a morte. Reencontrei-o no Senado, na legislatura iniciada em 1991. Concordamos em muitos instantes e divergimos em alguns outros, sempre em torno de idéias e de princípios, nunca de pessoas. Defrontei com o mesmo homem, que a formação de engenheiro levava a racionalizações por vezes incompatíveis com a análise dos problemas jurídicos e políticos. Mas invariavelmente sincero, a ponto de não ser sempre compreendido. Para ele, a frqueza era um estilo permanente de convívio respeitoso. Correspondia ao sentimento de lealdade, porque não admitia subterfúgios. Com essa postura inalterada, não bajulava o poder, nem o dos amigos e correligionários. Assim procedeu, notoriamente, com relação ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, de quem era companheiro de partido. Deu-lhe apoio com autonomia edu-

cada. Não confundia solidariedade com submissão, como não transformava a divergência em fundamento de difamação. A energia nele era gesto de afirmação oportuna ou de defesa legítima. Não provocava, nem ofendia gratuitamente. Não dissimulava, nem se exibia. Agia com autenticidade, ainda que por vezes parecesse demasia, como quando enfrentou, na rua, professores em greve.

A autoridade do governador não cedia às tentações do político. O cálculo do dia de amanhã não lhe perturbava a decisão de hoje, considerada certa. A consciência íntegra não lhe permitia enganar ninguém, sobretudo o povo. Preferia o risco da impopularidade ou da incompreensão momentânea às palmas consagradoras da fraqueza, da deserção do dever. O respeito ao interesse público era a medida de seu proceder. Homens e mulheres de todas as idades e classes, que se sucederam na visita à urna funerária, muitos em lágrimas, exprimiam em silêncio o reconhecimento dessas virtudes singulares.

Nestas linhas resumo, também, o testemunho de apreço e saudade ao amigo, que foi um autêntico homem público. Numa das delicadas cirurgias a que foi submetido, telegrafei-lhe confiante na sua resistência excepcional. E acrescentei: a nação precisa de sua presença. As demonstrações de tristeza por sua morte indicam que essa expectativa assentava em larga parcela da opinião do país.

■ JOSAPHAT MARINHO, EX-SENADOR, É PROFESSOR EMÉRITO DA UNB E DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA E DIRETOR DA FACULDADE DE DIREITO DA UFSCAR